

ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL: DESAFIOS E POSSIBILIDADES À PERMANÊNCIA ESTUDANTIL

Ivana Aparecida Weissbach Moreira¹

RESUMO

A educação, enquanto um direito social, impõe desafios contínuos, em especial na relação intrínseca entre as políticas educacionais e a formação humana. Como essência de uma conquista política e de lutas, ela é resultado de uma prática de resistência, de inconformismos e de reivindicações como princípio democrático e de direito. A assistência estudantil constitui uma temática de ampla relevância empírica em instituições federais de ensino superior (IFES), embora exista uma lacuna na produção de estudos científicos sobre a questão. Compreende um conjunto de princípios e diretrizes que orientam a implantação de ações para garantir o acesso, a permanência e a conclusão do curso dos estudantes da educação superior federal. As ações implementadas para o atendimento daqueles que necessitam de permanência estudantil, embora não contemple a todos os estudantes universitários, possui avanços e conquistas que podem ser pontuados historicamente. Justifica-se, assim, a propositura do presente trabalho com sentido de contribuir para uma reflexão e leitura acadêmica que adquira sentido diante de sua forma preventiva frente às situações de retenção, evasão/abandono, decorrentes das condições financeiras dos estudantes. O objetivo deste artigo é analisar a realidade empírica da Assistência Estudantil na Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), por meio de uma triangulação metodológica de levantamentos bibliográficos, Relatórios de Gestão e dados estatísticos, a fim de despertar uma reflexão crítica frente os desafios e rebatimentos da permanência estudantil na educação superior. Diante das interfaces que compõem a Assistência Estudantil, as reflexões contribuem para evidenciar que a taxa de evasão/abandono dos(as) estudantes em geral dos cursos de graduação da UTFPR representa 14,8%, na média dos anos de 2020, 2021 e 2022. Porém, entre os(as) estudantes contemplados(as) pelo Programa de Auxílio Estudantil (PAE) a evasão ficou na média de 4,6%. Quanto à conclusão do curso no tempo previsto, nesses três anos supramencionados a taxa dos estudantes em geral foi de 34,3%, enquanto nos(as) estudantes participantes do PAE correspondeu a 40%. Caracterizado por uma natureza exploratória, descritiva e explicativa quanto aos fins, com abordagem qualitativa, este artigo foi estruturado pela conjugação de uma lógica convergente, no uso do método dialético, a fim de possibilitar divergentes abordagens teórico-conceituais na realidade empírica, resultando em uma pluralidade de debates. Socializa o conhecimento a partir de uma perspectiva multidisciplinar sobre o desenvolvimento das práticas relacionadas à assistência estudantil, via o PAE na educação superior federal, no enfrentamento a evasão/abandono estudantil no ensino superior federal. Conclui-se que as contribuições apresentadas ao longo do texto trazem elementos significativos para se pensar à permanência estudantil, consubstanciados nas acentuadas demandas educacionais e mudanças no perfil acadêmico, carregando em si a necessidade de ações, serviços, investimentos e recursos orçamentários que atendam a complexa realidade nacional educacional a partir da experiência local.

Palavras-chave: Assistência Estudantil, Educação Superior, Permanência Estudantil.

¹ Doutora pelo Curso de Educação da Universidade de Passo Fundo – UPF, ivana@utfpr.edu.br